



Exm.º Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
M. I. Deputado José de Matos Rosa

ASSUNTO: *Audição urgente da Ministra da Saúde sobre a “Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde – exercício de 2017”, Relatório n.º 12/2018, do Tribunal de Contas.*

Foi hoje tornado público o Relatório n.º 20/2018, do Tribunal de Contas, no qual se procede a uma *“Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde – exercício de 2017”* e onde se conclui que, designadamente:

- *“...No final de 2017 a dívida consolidada do Ministério da Saúde a fornecedores e outros credores ascendeu a € 2.969,7 milhões, tendo registado um forte agravamento (21,4%, correspondente a € 523,1 milhões) face a 2016 (€ 2.446,6 milhões)”, e mesmo um “um agravamento da dívida em cerca de 51,6% face a 2014 (€ 1,9 mil milhões)”;*
- *“A situação económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde permanece débil”;*
- *“Entre 2015 e 2017, o grupo Serviço Nacional de Saúde acumulou resultados negativos no valor de € 1,14 mil milhões”;*
- *“No final de 2017, a dívida a fornecedores conta corrente, que representa quase 70% do total das dívidas a terceiros, totalizou cerca de € 2 mil milhões, o que representa um agravamento em cerca de 19% face a 2016 (€ 321 milhões), sendo que já em 2016 se tinha registado um agravamento de 17,2% face a 2015 (€ 247,6 milhões). Entre 2015 e 2017 as dívidas a fornecedores conta corrente aumentaram mais de € 568,6 milhões”;*
- *“Entre 2015 e 2017 registou-se uma diminuição de cerca de 6,1% (€ 1.610,9 milhões) do fluxo financeiro do Estado para o Serviço Nacional de Saúde face ao triénio anterior (€ 26,3 mil milhões no triénio 2012-2014 e € 24,7 mil milhões no triénio 2015/17)”.*

Estes factos assumem uma gravidade extrema, não só porque evidenciam a evidente e há muito denunciada degradação da situação económico-financeira do Ministério da Saúde e do



GRUPO PARLAMENTAR

Serviço Nacional de Saúde (SNS), como porque acarreta consequências nefastas sobre o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde que o SNS tem a missão de assegurar e pelos quais o Governo é politicamente responsável.

O Tribunal de Contas pôs igualmente em causa a própria fiabilidade da Conta Consolidada do Ministério da Saúde, também ao nível da transparência e da qualidade da prestação de contas pelos hospitais do SNS a elas sujeitas, facto agravado por o Governo não ter “*desenvolvido um esforço relevante*” para inverter essa situação.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer que a Comissão de Saúde delibere ouvir com **urgência** a Ministra da Saúde a propósito do Relatório n.º 20/2018, do Tribunal de Contas, no qual se procede a uma “*Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde – exercício de 2017*”.

Palácio de S. Bento, 8 de janeiro de 2019

Os Deputados,